

GRAMÁTICA NORMATIVA: PRESENÇA DE TRAÇOS DA TRADIÇÃO GRECO-LATINA

DAVID DE JESUS COSTA*

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL),
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Recebido em: 22 mar. 2024. Aprovado em: 15 abr. 2024.

Como citar este artigo: COSTA, D. de J. Gramática normativa: presença de traços da tradição greco-
-latina. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 24, n. 2, p. 17-35, maio/ago. 2024. DOI: 10.5935/
cadernosletras.v24n2p17-35

Resumo

Este trabalho tem como finalidade discutir uma possível tradição Lógico-prescritiva do que na atualidade compreendemos como gramática normativa. Tal ideia inicia-se com os grandes filósofos gregos – Platão e Aristóteles. Para aquele, não é possível fazer ciência por meio da linguagem, pois ela é depreendida como um instrumento que distorce a realidade. Aristóteles compreende que é possível, sim, falar de um *lógos* verdadeiro, e a disciplina que dará conta disso é a lógica. Além disso, falaremos da gramática de Dionísio da Trácia, discorreremos sobre a sua obra e sobre quais características remetem à lógica aristotélica.

* E-mail: dico1972@gmail.com
 <https://orcid.org/0000-0003-2783-2758>

Em seguida, trataremos do fundador da prescrição do português: João de Barros em 1540. E, finalmente, falaremos da gramática normativa de Rocha Lima, mostrando o que nela apresenta traços de uma tradição greco-latina.

Palavras-chave

Gramáticas normativas. Lógica. Historiografia linguística.

PALAVRAS INICIAIS

Neste trabalho temos o objetivo de discutir a ideia de uma possível derivação dos estudos de lógica para os da gramática normativa. Falaremos dos primitivos trabalhos sistematizados sobre linguagem que se iniciaram com Platão e foram aperfeiçoados por Aristóteles. Logo em seguida, discorreremos sobre Dionísio da Trácia, gramático clássico, que não é o principal nome, mas que remete a uma tradição. Para tratar da inauguração do prescritivismo do português, utilizaremos a obra de João de Barros. E depois de Rocha Lima, como referência contemporânea.

Porém, antes de desenvolvermos nossa hipótese, neste trabalho, explicaremos que, antes dos gregos, já havia ocorrido vários estudos sobre língua, ou seja, os estudos hindus. Entendemos que a gramática com caráter de norma tem origem a partir dos estudos de linguagem produzidos pelos gregos. Tal argumentação será desenvolvida na terceira seção.

Logo em seguida, iniciamos nossa análise para compreender o que significou a lógica ou *órganon*. Depois comentaremos o que são as categorias aristotélicas, quantas são e que relações há entre elas e as classes gramaticais. E por que podemos compreender a lógica como uma disciplina normativa.

Na seção seguinte, falaremos sobre as gramáticas clássicas¹ e, em particular, por exemplo, a de Dionísio da Trácia. A ideia é mostrar como se organizam toda a estrutura dela e seu conteúdo gramatical.

Damos continuidade discorrendo sobre o início de uma tradição normativa do português. Embora tenha sido a segunda gramática lançada da língua,

¹ Segundo Auroux (1992, p. 74), a expressão “se refere aqui à gramatização dos vernáculos europeus e das outras línguas do mundo a partir da tradição greco-latina”.

ela é a obra que servirá de base para nossa argumentação, isto é, *A gramática da língua portuguesa*, de João de Barros.

Em seguida, exporemos o que significam as gramáticas na nossa época. Tentaremos entender por que ainda carregamos resquícios de uma perspectiva gramático-literária. O que mudou? O que mantemos? Tais perguntas são importantes para que possamos compreender como ainda sofremos influências dessa tradição greco-latina.

Por fim, apresentaremos as conclusões sobre a nossa análise. Entendendo, porém, que não é nosso objetivo trabalhar sistematicamente a trajetória das gramáticas numa visão histórico-ocidental. Entretanto, tentaremos explicar, a partir dos trabalhos escolhidos, quanto contribuíram para o que existe atualmente em termos de estudos gramaticais e linguísticos em todo o mundo.

OS GRAMÁTICOS HINDUS

Segundo Petter (2002, p. 12), os estudos de língua produzidos pelos povos hindus apresentaram um caráter muito particular: sacro, ou seja, para que os textos sagrados no Veda não sofressem qualquer tipo de alteração no momento de serem pronunciados. Para Lyons (1979, p. 22), a descrição das gramáticas hindus era bem minuciosa:

[...] a classificação dos sons da fala feita pelos gramáticos hindus era mais detalhada, mais precisa e mais firmemente baseada na observação e na experiência do que qualquer outra realizada na Europa, ou em qualquer outra parte que saibamos, antes do final do século XVIII [...]. Em sua análise de palavras, os gramáticos hindus foram bem além daquilo que se poderia julgar necessário ao seu objetivo original.

Os gramáticos hindus ficaram muito presos ao estudo de valoração e emprego das palavras. Entre esses gramáticos, o destaque vai para Panini (século IV a.C.). Foi ele o responsável pela belíssima descrição do sânscrito, que é constituída de quatro mil regras ou *sutras*. Bem depois, outro gramático chamado Pantañjali (século II a.C.) produziu um trabalho explicando os escritos de Panini. Portanto, eles que estabeleceram as bases da “gramática normativa” do sânscrito (Câmara Jr., 1986, p. 15). Pode-se dizer que eram estudos estáticos, relacionados somente ao sânscrito, produzidos por homens

desprovidos de senso histórico, sendo um gênero próprio da Índia, ou seja, razões religiosas impulsionaram os estudos da língua (Leroy, 1974, p. 16).

Essa reflexão é importante, pois o nosso principal argumento nesta pesquisa é o de que a ideia de norma presente nas gramáticas surge dos estudos de linguagem dos gregos. Sendo assim, excluímos qualquer suposição que indique os trabalhos hindus como o ponto de partida para uma tradição de norma para o ensino das línguas.

EXPLICANDO ÓRGANON E SUAS DEZ CATEGORIAS

Órganon ou lógica

Para Marilena Chauí (2002, p. 223), entre as classificações aristotélicas sobre as ciências, é importante ressaltar que a lógica não pode ser enquadrada no campo dos saberes científicos. Isso ocorre porque ela não é nem um conhecimento teórico nem prático. Então, em que tipo de conhecimento a lógica se enquadra? Segundo Aristóteles, a lógica (ou órganon) representa um instrumento do pensamento para pensarmos de forma correta, ou seja, ela não faz referência a nenhum ser, a nenhuma coisa ou a nenhum objeto. Não se remete a lógica a nenhum conteúdo propriamente dito, mas diz respeito às formas de pensamento ou estruturas de raciocínio lógico que estão sujeitas às provas ou demonstrações.

Nessa perspectiva, sobre a lógica, podemos dizer, sem medo de errar, que ela agrega os elementos que compõem o pensamento e a linguagem. Portanto, a lógica seria para o grego primeiramente uma disciplina que serviria de preparo para todo e qualquer indivíduo que tivesse o interesse em viver uma carreira filosófica ou política. Disso tem-se que a lógica na verdade seria uma disciplina vestibular, um conhecimento que deveria anteceder outros mais elevados; logo, ela na verdade pode ser entendida como um estudo propedêutico (ou seja, algo que vem antes da (pro) educação, instrução, cultura etc. –paideia).²

2 A paideia grega é compreendida como uma normatização, mas não num sentido puramente linguístico. A educação dos gregos era uma forma de ensinar/estimular a persuasão a toda a comunidade para participar da vida política na pólis. Isso não significa, portanto, que todos os gregos foram educados com o objetivo central de buscar a verdade das coisas/a verdadeira filosofia.

Todo o ensino e toda a instrução intelectual procede de conhecimento pré-existente. Isso é evidenciado se examinarmos todos os distintos ramos do saber, porque tanto as ciências matemáticas quanto qualquer outra arte são adquiridas dessa forma. O mesmo ocorre com os argumentos lógicos, quer silogísticos quer indutivos (Aristóteles, 2010, Analíticos Posteriores, I, 71a1).

Então, seria a lógica a disciplina que dá ao aluno o entendimento sobre as regras, leis ou normas ideais para um bom uso do pensamento ou da linguagem. Nesses termos, é correto afirmar que tal disciplina era normativa, pois nutre as normas para bem conduzir o pensamento na busca da verdade.³

Como foi dito no início desta seção, segundo as ideias de Chauí (2002, p. 223), Aristóteles estava, sim, preocupado não só com a linguagem, mas também com o pensamento.

Compreendamos melhor essa ideia. Quando Platão discutiu a linguagem no diálogo *Sofista*, numa perspectiva da sua dialética (seria, mais ou menos, a lógica platônica), ele, na sua ótica, entendia que a linguagem não poderia retratar a realidade das coisas (porém, o que existe aqui é uma preocupação em provar se a verdade está presente no *lógos*), já que pensava que a linguagem é um instrumento de distorção das coisas do real. Logo, no *Sofista*, ele diz que não existe verdade nela e que a *linguagem* e o *simulacro* estariam num mesmo plano, ou seja, a palavra é cópia da cópia. Logo, a linguagem revela e ao mesmo tempo encobre a verdade das coisas. Onde há linguagem ali estará o fracasso do conhecimento, pois ela nos afasta da eternidade. Tal querela pode ser observada no fragmento do diálogo *Sofista* de Platão (1972b, 251b-253b).

O problema na discussão supracitada, no fragmento do diálogo *Sofista*, advém do fato de se negar a tese eleata do ser uno, que não admite o não ser, isto é, a negação da tese de que apenas o ser (uno) é. Dizer que A é grande equivale a dizer que A é não pequeno ou não igual. Aqui encontramos uma classe de predicados⁴ incompatíveis, vinculados à noção de héteron, o não idêntico, o

3 A lógica não é *stricto sensu* uma ciência se seguirmos os critérios de Aristóteles para classificação das ciências. A lógica não é uma ciência poiética, pois não produz coisa alguma, não é uma ciência prática, pois não visa à atividade que gera a excelência do agente (ética ou política) e nem é uma ciência teórica, pois não é uma ciência autotélica, que tem como finalidade o saber em si mesmo. A lógica é um instrumento (*órganon*) que nos permite organizar o pensamento e a linguagem para descrevermos a realidade, ou seja, a lógica não trata das coisas, mas de como devemos descrever (ou demonstrar) as coisas (Aquino, 2015).

4 Em gramática, o predicado (termo essencial da oração) é aquilo que declaramos sobre o sujeito. Já na filosofia, pode-se dizer que predicado é aquilo que se faz entre aplicação e não aplicação de certo atributo como “homem” a um indivíduo no domínio do discurso. Quando o predicado (unário) está bem

diferente, ou seja, aos predicados que não fazem parte do grupo de predicados de A. A não contradição absoluta contida na concepção absoluta do ser eleata e nas formas platônicas do início do diálogo em *Parmênides* se mostra inviável, mas o próprio princípio, não. A afirmação de que A é grande ($A=A$) implica, de maneira intrínseca, que A não é pequeno ($A\neq B$). A princípio, a noção de não contradição se refere aos atributos de A, que podem ser atribuídos ou não a ele simultaneamente. Se A é grande, ele não pode ser pequeno ao mesmo tempo, a menos que consideremos uma potencialidade. Em sua realidade concreta, A é apenas grande. Assim, a ideia de não contradição, assim como a concepção de não ser como a base da diferença, está completamente vinculada à ideia de atribuição e predicação, e, conseqüentemente, adentra no campo que é o objetivo deste trabalho, a linguagem (Oliveira, 2013, p. 43-44).

Aristóteles acreditava que poderia, sim, representar as coisas no mundo por meio da linguagem. Sobre isso, o filósofo Aristóteles (2010, Da Interpretação, I, 16a1), dirá o seguinte: “Os sons emitidos pela fala são símbolos das paixões da alma, [ao passo que] os caracteres escritos [formando palavras] são os símbolos dos sons emitidos pela fala”. Ou seja, a palavra não é coisa, mas um símbolo desta.

Por isso, ele funda a lógica que pode ser compreendida como uma teoria do argumento, cuja finalidade seria resolver os problemas sobre a verdade e a falsidade das coisas por meio da predicação. Portanto, a ideia principal que Aristóteles teve em desenvolver seus estudos sobre lógica era encontrar valores de verdade e de falsidade nas sentenças, nas proposições ou no discurso.

AS DEZ CATEGORIAS

Entendamos agora o famoso trabalho *Das Categorias* ou *Termos* em Aristóteles. Quando introduz em seus trabalhos filosóficos a ideia de categorias, o filósofo tinha como finalidade dedicar-se a uma vasta análise e exposição da linguagem.

Para explicarmos melhor a ideia de categorias em Aristóteles, vamos partir da distinção entre duas expressões muito usadas por ele: *coisas ditas em*

definido em um domínio de discurso, também se definem bem a EXTENSÃO/o CONJUNTO-VERDADE do predicado, ou seja, o conjunto dos elementos a que o predicado atribui valor de verdade “V”. Assim, por exemplo, no domínio do discurso $D = (a, b \text{ e } c)$ (no qual $a = \text{Sócrates}$, $b = \text{Platão}$ e $c = \text{Aristóteles}$), a extensão ou conjunto-verdade do predicado E (escritor) é $\{b, c\}$, levando em consideração que Sócrates não escreveu nenhum livro.

combinação (frase ou proposição) e *coisas ditas sem combinação* (palavras). Logo, são essas expressões que Aristóteles designa como categorias ou termos que podem ser classificadas como *coisas que servem para designar outras* (Chauí, 2002, p. 223).

Então, segundo Chauí (2002, p. 224), termos ou categorias funcionam como palavras que são tomadas quando ainda não combinadas com outras e que são condição de tudo quanto dizemos ou pensamos, levando Aristóteles a dizer na *Metafísica* que *o ser se diz de muitas maneiras*. São elas: 1. substância ou essência (por exemplo, homem); 2. quantidade (por exemplo, dois metros de comprimento); 3. qualidade (por exemplo, branco); 4. relação (por exemplo, o dobro, a metade); 5. onde (lugar) (por exemplo, em casa); 6. quando (tempo) (por exemplo, ontem); 7. como (por exemplo, sentado); 8. posse (por exemplo, tem armas etc.); 9. ação (por exemplo, corta, nada etc.); 10. paixão ou passividade (por exemplo, está cortado).

Do ponto de vista gramatical, as categorias se referem às seguintes classes gramaticais: substantivo, adjetivo, advérbio e verbo. Essa unidade entre gramática e lógica indica não só a unidade entre linguagem e pensamento, mas também a unidade entre dizer, pensar e ser. Isso pode ser lido no livro V da *Metafísica*:

Visto que a predicação afirma às vezes o que uma coisa é, às vezes sua qualidade, às vezes a sua quantidade, às vezes sua relação, às vezes o que faz ou o que sofre e às vezes o lugar em que está ou o tempo, segue-se que tudo isto são modos do ser (Aristóteles, 1969, *Metafísica*, Livro IV, Capítulo II, 1017b-1018a).

Ampliando mais o conceito de categorias, pode-se dizer que elas nos dão apreensão direta e imediata de elementos simples. É por isso que Aristóteles diz que não se podem reconhecer nelas valores de *verdade* e *falsidade*, pois não é possível desmembrá-las em partes para verificação e prova. Portanto, somente quando unimos categorias formando proposições é que podemos julgar se há nelas valores de verdade ou falsidade. O julgamento de verdade ou falsidade se refere às sentenças, às proposições ou ao discurso, e não às categorias, pois o verdadeiro e o falso estão presentes no vínculo de base lógica entre as proposições, e não entre as categorias.

Outros conceitos importantes sobre categorias são as ideias de extensão e compreensão, isto é, *extensão* é o conjunto de objetos designados por um termo; *compreensão* é o conjunto de propriedades que esse mesmo termo indica ou significa. Exemplificando, podemos ter *homem*, que representaria a ideia

de extensão e dizer que ele é *animal, vertebrado, mamífero, bípede, mortal e racional*, e essas propriedades classificamos como *compreensão*.

Finalizando agora esta seção, vamos discutir o entendimento de qual seja a menor unidade da linguagem portadora de significação tanto em Aristóteles quanto na linguística moderna. Aristóteles, em seus estudos sobre linguagem, declara que as menores partes que portam significado são *nomes e verbos*. Vemos que ele está tratando os vocábulos como o menor nível de significado diferente do que é pensado na *linguística*. Nela, compreende-se que a menor sequência significativa é o *morfema*. Abrimos, porém, uma ressalva para dizer que há atualmente na linguística autores que compreendem a palavra como o nível básico contendo significado (cf. Aronoff, 1976; Mathews, 1991; Anderson, 1992).

DIONÍSIO DA TRÁCIA E SUA *TEKHNÉ GRAMMATIKÉ*

Podemos entender o estudo de gramática na Antiguidade Clássica como uma atividade propedêutica (como foi dita anteriormente sobre a lógica de Aristóteles) que se preocupava em preparar indivíduos para executar atividades intelectuais mais elevadas.

Vamos nos deter aqui em explicar os conteúdos dessas gramáticas clássicas, entretanto tratando de forma mais específica da *Gramática de Dionísio da Trácia*.

As *gramáticas clássicas* eram reconhecidas, como foi dito anteriormente, por um conhecimento normativo da língua, usado em geral em escritos de poética e prosa. Por exemplo, a *Gramática de Dionísio da Trácia* (século II a.C.) apresentava a seguinte divisão: 1. treinamento de leitura direcionada para o bem falar (prosódia); 2. explicação das figuras de linguagem (ou poética); 3. definição disponível de dialetos peculiares e alusão; 4. estudo etimológico; 5. estudo de analogias; 6. julgamento dos poemas.

A gramática é compreendida como uma derivação da lógica⁵ nesse primeiro momento. Podemos, de novo, compreender o estudo de gramática na

5 Segundo Aurox (1992), a gramática não derivou somente da lógica, mas da retórica, da dialética, da poética, entre outras disciplinas auxiliares. Para ele, não houve uma linearidade na passagem da lógica à gramática, que, durante muitos séculos, seguiram caminhos diferentes, até a chegada da gramática de Port-Royal. No entanto, aqui utilizamos como argumentação o olhar de Aristóteles, que não considerou as disciplinas retórica, dialética e poética como discursos de certezas apodíticas (da verdade). Ao revés, esta, para ele, transmitia a ideia de possibilidade: esta, probabilidade razoável, e aquela, verossimilhança.

Antiguidade Clássica também como uma atividade propedêutica (como foi dito anteriormente sobre a lógica de Aristóteles) que se preocupava em preparar indivíduos para executar atividades intelectuais mais elevadas (como política, medicina, religião etc.).

Sobre o primeiro item (capítulos 2-6), Mathews (1994) afirma que uma das preocupações dos gramáticos clássicos referia-se à oralidade, ou seja, não bastava uma pessoa ter um bom conhecimento da língua, ela tinha a obrigação de produzir um bom falar. Isso era de extrema importância, pois o cidadão dotado de um bom discurso se distinguiria do bárbaro (a pessoa que possuía uma fala rude, o não grego).

Além disso, Chapanski (2003, p. 3-4) fala das finalidades gerais dessa disciplina que apresenta a característica lógico-prescritiva:

As tékhnai, em si, são um gênero da escrita, que consiste no elenco de definições dos objetos de determinado estudo e na subsequente exemplificação desses. Elas não são uma invenção alexandrina, nem se prestam originalmente à especulação linguística. Esse formato de manual teria servido a outras “ciências”, como a medicina e a retórica. Seu uso linguístico já se verificava dentre os estoicos. DIÓGENES DA BABILÔNIA (circa III a.c.) teria escrito uma *Tékhne peri phōnes*, um manual sobre voz, (cf. DIÓGENES LAÉRCIO, VII) em que se leriam conteúdos da fonética do grego antigo dispostos de modo semelhante ao verificado no sexto capítulo da TG.

O que se dá é que, notadamente a partir do segundo século antes de Cristo, as *tékhnai* abordando conteúdos gramaticais se tornam um modelo de material para o estudo das letras, da literatura, da leitura, da metrificação, da estrutura linguística a serem utilizadas no desenvolvimento de habilidades no âmbito da Retórica, por exemplo.

Sobre descrição de uma determinada gramática, em Dionísio (capítulo 11), as palavras eram reconhecidas como a menor parte de uma sentença. Ou seja, aquela ideia de menor parte significativa dos gregos continua prevalecendo nesses estudos gramaticais. Portanto, para dar prosseguimento à discussão, vamos aqui discorrer sobre cada uma das categorias presentes na gramática de Dionísio. Elas são as seguintes: *nome*, *verbo*, *particípio*, *artigo*, *pronome*, *preposição*, *advérbio* e *conjunção* (Thrax, 1874, p. 7).

No capítulo 14, na categoria dos nomes, aparecem em Dionísio a noção de gênero, espécie, forma, número e caso. Existiam três tipos de gênero: masculino, feminino e neutro. Quanto às espécies, pode-se dizer que são dois tipos:

primitivas e derivacionais como *Gê* (terra) e *Gaiêios* (nascido da terra). Já as formas, segundo Dionísio, são três: simples (*Mémnōn*), composta (*Agamémnōn*) e derivada da composta (*Agamemnonídēs*). Os tipos de número são singular (*ho Hómēros*), dual (*to Homērō*) e plural (*hoi Hómēroi*). E, por último, os casos nominais são nominativo, genérico, dativo, acusativo e vocativo (Thrax, 1874, p. 8-11).

No capítulo 15, Dionísio descreve a categoria verbo como uma palavra que indica tempo, pessoa e número, e denota atividade e passividade. Os verbos apresentam oito variações: modo, disposição (vozes), espécie, forma, número, tempo, pessoa e conjugação. Os modos do verbo são cinco: indicativo, imperativo, optativo, subjuntivo e infinitivo. Já as vozes são três: ativa, passiva e média. Seguem-se então os respectivos exemplos: *túptō* (eu firo), *túptomai* (eu sou ferido) e *pépēga* (eu me fixei). São duas as espécies: primitiva (*árdō*) e derivada (*ardéuō*). Apresentam três formas: simples (*phronō*), composta (*kataphronō*) e derivada da composta (*antigonízō*, *philippízō*); três tipos de número: singular (*túptō* = eu firo), dual (*túpteton* = ambos ferem) e plural (*túptomen* = nós ferimos); três tipos de pessoa: primeira, segunda e terceira; três tipos de tempo: presente, passado e futuro. Há quatro subespécies: imperfeito, perfeito, plusperfeito e aoristo, que padronizam três respectivas relações: o presente em relação ao imperfeito, o perfeito ao plusperfeito e o aoristo⁶ em relação ao futuro. No capítulo 14, há as conjugações regulares dos verbos (Thrax, 1874, p. 11-12).

Sobre o participio, no capítulo 19, tem-se que é uma palavra que compartilha ambas as naturezas tanto de nomes como de verbos. Todas as flexões pertencem aos nomes e aos verbos, exceto modo e pessoa (Thrax, 1874, p. 13).

No 20, discorre sobre o artigo. Para o gramático, artigos são partes das falas que estão subordinadas aos nomes. Apresentam três flexões: gênero, número e caso. Como exemplos de gênero temos *ho poiētēs* (o poeta, masculino), *he poiēsis* (a poetisa, feminino) e *tó poiēma* (o poema, neutro). Há três números: singular, dual e plural. No singular temos *ho*, *he*, *tó* (masculino, neutro, feminino); no dual, *tô*, *ta* (masculino/neutro, feminino); e no plural, *hoi*, *hai*, *tá* (masculino, neutro, feminino). Quanto ao caso, há *ho*, *toû*, *tôi*, *tón*, *ô*, *hēs*, *tēs*, *têi*, *tên*, *ô* (Thrax, 1874, p. 13).

⁶ Aoristo é um tempo verbal do grego antigo que expressa uma ação passada. É uma espécie de tempo passado indefinido, indeterminado.

Já os pronomes, no capítulo 21, são palavras que substituem os nomes. Eles apresentam seis tipos de acidentes: pessoa, gênero, número, caso, forma e espécie. No capítulo 22, tem-se que as pessoas dos pronomes primários são *egó, sú, hí*; e as dos derivados, *emós, sós, hós*. Os gêneros dos derivados, por exemplo, são *ho emós* (masculino), *hē emē* (feminino) e *tò emón* (neutro). Entre os primários, os números são singular, quando designam um possuidor – *egó, sú, hí* -, dual, designam dois – *nôî* (nós dois), *sphôî* (vocês dois) – e plural, mais de dois – *hemeî, humeî, speîs*. Dentre os derivados, o singular é *emós, sós, hós*; o dual, *emó, só, hó*; e o plural, *emói, soí, hoí*. Dentre os primários, o caso reto é *egó, sú, hí*; o genitivo, *emoû, soû, hoû*; o dativo, *emoí, soí, hoí*; o causativo/acusativo, *emé, sé, hé*; o vocativo, *sú* (só para a segunda pessoa). Dentre os derivados, o caso reto é *emós, sós, hós*; o genitivo, *emoû, soû, hoû*; o dativo, *emôî, sôî, hôî*; causativo; *emón, són, hón*. São duas as formas: simples (*emoû, soû, hoû*) e composta (*emautoû, sautoû, hautoû*). Sobre as espécies, umas são primárias, como *egó, sú, hí*, e derivadas, como todos os possessivos (Thrax, 1874, p. 13-14).

O capítulo 23 fala das preposições, palavras que se colocam antes de alguma parte da fala ou em composições. No 19, ele vai falar da classe dos advérbios. Essa classe representa parte das invariáveis. Na fala, eles modificam ou acrescentam informação semântica a um verbo (Thrax, 1874, p. 14).

E, no capítulo 25, a última classe é a conjunção. Ela tem como característica ligar um pensamento em ordem e preenche as lacunas da fala. As conjunções podem ser copulativa, disjuntiva, conjuntiva, pré-conjuntiva, causativa, dubitativa, conclusiva e expletiva. As copulativas são aquelas que ligam expressões sem impor limites: *te, kaí* (e); *allá* (mas); *atár, autár* (porém); *êtoi* (realmente, de fato) etc. As disjuntivas ligam expressões separando uma coisa da outra: *ê, êtoi, êê* (ou). Conjuntivas expressam ideia de consequência: *eí, eíper, eidé, eidéper* (se). As pré-conjuntivas expressam ideia de ordenação/sequência: *epeí, epeíper, epeidê, epeidêper* (quando, desde). As causas são empregadas para indicar causa: *hína, óphra, [...], kath'hóson* (porque, por causa de). As dubitativas são usadas para indicar circunstância de dúvida: *âra, kâta, môn*. As conclusivas são usadas para conclusão ou sequência de prova: *ára* (então), *allá, allamên* (mas), *toímun* (portanto) etc. E, por último, as expletivas, que são usadas com finalidade métrica ou mero ornamento: *dé, rhá, nú, [...], kén, ge* (Thrax, 1874, p. 15-16).

O item 3, definição disponível de dialetos peculiares e alusão, representa um estudo dedicado a palavras estranhas do cotidiano do leitor, referentes ao grego arcaico, a dialetos diferentes ou a um jargão restritamente poético (Chapanski, 2003, p. 82).

Discutia-se também a etimologia nessa gramática clássica. Abrimos apenas um parêntese para a ideia de Platão sobre esse tópico. Por exemplo, para Chapanski (2003, p. 95), no diálogo com *Crátilo*, a discussão etimológica ali era, na verdade, algo hipotético (inventado, não reconstruído), em que se apanhavam alguns radicais e os juntavam com outros. Dessa forma, tinha-se a aparição de outras palavras, e essa atitude era uma conjectura que não levava em conta a verdadeira origem das palavras (Chapanski, 2003, p. 98). Já etimologia (em seu significado literal) na gramática de Dionísio objetivou realmente discutir a verdadeira origem da palavra.

Chapanski (2003, p. 99) dirá que o estudo de *analogia* tinha como preocupação estabelecer os vários modelos com referência aos quais se podiam classificar as palavras regulares de língua.

O último item era *o julgamento dos poemas*, uma tradição grega que se manteve nos estudos das gramáticas clássicas. Essa crítica não é a tão conhecida crítica literária na atualidade. Representava, sim, uma proposta de edição, às vezes, organização textual, inclusive distinção de textos autógrafos de certos autores e interpolações espúrias. Seu objetivo máximo era fixar aparatos técnicos que hoje são compreendidos como puramente gramaticais. Daí tem-se que seu conteúdo não estava diretamente ligado a uma crítica textual (Chapanski, 2003, p. 99, 100).

GRAMÁTICA DE JOÃO DE BARROS

Iniciamos esta seção para falar da segunda gramática do português, de autoria de João de Barros (1540). Segundo Cabral e Pantaleone (2012), o foco de análise recai sobre a gramática segunda e não sobre a primeira (de Fernão de Oliveira), porquanto aquela contempla todas as partes de uma gramática tradicional: fonética, morfologia e sintaxe (ou seja, essa foi a primeira com fins pedagógicos). Outro argumento importante é ressaltado pelas autoras. A seguir, tem-se o seguinte comentário de ambas:

Os autores das gramáticas vernaculares do Renascimento, dentre eles João de Barros (1540), buscaram fundamentação em duas fontes: a grega antiga (Dionísio da Trácia) e a latina (Prisciano). No caso particular de João de Barros, há, além das fontes citadas, a influência de Nebrija, autor da primeira gramática castelhana (Cabral; Pantaleone, 2012, p. 7).

A seguir, apresentamos a estrutura da obra de João de Barros. Observe que a distribuição das seções é compatível com o que é proposto pelas obras de caráter greco-latino (Dionísio da Trácia).

- 1 capítulo: Definição da gramática e as partes dela – pp. 1 e 2.
- 2 capítulo: Definição das lêteras e número delas – pp. 2 e 3. (ortografia)
- 3 capítulo: Da sílaba e seus acidentes – pp. 3 e 4. (prosódia)
- 4 capítulo: Da dição – da p. 4 à p. 41. (dição)
- 5 capítulo: Da construção – da p. 42 à p. 54. (sintaxe)
- 6 capítulo: Da ortografia – da p. 54 à p. 67. (ortografia) (Cabral; Pantaleone, 2012, p. 8).

Agora faremos uma breve análise das partes que a compõem, sem dar ênfase ao capítulo de definição da gramática e às suas partes, já que compreendemos essa seção como uma apresentação da obra em si. Primeiramente, vemos novamente presente o que consideramos treinamento de leitura de clássicos, ou seja, a parte que diz respeito às letras e aos seus números (capítulo 2) e à sílaba (ou à voz) das palavras/expressões/sentenças (capítulo 3). A letra, segundo o gramático, é considerada como a menor parte dos sons da língua. Já a sílaba seria a parte da prosódia e constitui com a letra o princípio para o estudo da “arte do bem falar” (Cabral; Pantaleone, 2012, p. 9-10).

No capítulo 4, tem-se o que o gramático compreende como *dição*, a saber, o mesmo estudo etimológico da língua em Dionísio da Trácia. Por meio dela, compreende-se a origem das palavras. Também é uma seção que faz a apresentação das classes gramaticais que, em analogia à obra de Dionísio, faz referência aos dialetos peculiares e à alusão. Apresenta a distinção entre nomes e verbos: “Atribui ao nome os seguintes acidentes: qualidade, espécie, figura, género, número e declinação per casos” (Cabral; Pantaleone, 2012, p. 10). Além disso, apresentam-se as seguintes classes: artigo, pronome e seus acidentes, verbo, avérbio (ou advérbio), preposição e interjeição (Cabral; Pantaleone, 2012, p. 10-15).

No capítulo 5, denominado construção que se pode compreender por sintaxe; já em Dionísio da Trácia, dialetos peculiares e alusão. Ela é dividida em duas partes: concordância e regimento. Além disso, o capítulo fala sobre as figuras ou os vícios de linguagem: próteses, aféresis, epêntesis, síncope, parago-ge, apócopa, diéresis, sinéresis, sinalefa, antíteses, metátesis, barbarismo e solecismo. Aqui há certa similaridade com a parte sobre o estudo das figuras de linguagem (tropos) em Dionísio da Trácia (Cabral; Pantaleone, 2012, p. 14-15).

E, por último, tem-se o capítulo 6, que fala sobre a ortografia. Cabral e Pantaleone (2012, p. 15) definem o termo da seguinte forma:

A ortografia, ciência de escrever dereitamente, é delimitada ao estudo de cada letra do alfabeto que, na realidade, pretende ser uma descrição, pelo menos parcial, dos sons que estas letras representam. Por exemplo, dividindo as consoantes em mudas – b, c, v, f, g, p, q, t; e meias vogais – l, m, n, r, s, x, z.

Esse capítulo pode ser compreendido como a parte referente ao *judgamento de poemas* em Dionísio da Trácia. Ele se aproxima – mais ou menos – das seções gramaticais referentes à produção textual das gramáticas. É possível compreendê-lo, portanto, como a parte que trata do formalismo da língua.

GRAMÁTICA DE ROCHA LIMA (CONTEMPORÂNEA)

Vamos discutir agora o que se tem atualmente como estudo gramatical de uma língua. Nossa discussão não é uma generalização, tem como objetivo apenas falar, de *forma relativizada*, sobre o uso das gramáticas normativas. Nesse caso, o gramático escolhido é Rocha Lima; nada contra as outras gramáticas, pois compreendemos que essa obra é aquela que melhor se encaixa em nossa análise. Segundo Surdi (2010, p. 92), Rocha Lima, influenciado por estudos linguísticos que transitam de uma perspectiva *histórico-filológica* para uma *estruturalista*, irá produzir uma gramática a partir do *modelo estruturalista*. Nessa perspectiva, o gramático discorre então sobre o caráter imutável do signo, produto herdado de outras gerações e objeto real da linguística. Desse caráter arbitrário, o signo se impõe sobre uma comunidade de falantes, daí há uma aceitação e continuidade dessa língua imutável, a lei da tradição. Porém, o signo também é mutável, ou seja, o tempo que assegura a continuidade também executa mudanças no signo.

Outro argumento para a escolha do autor deve-se ao fato de Rocha Lima ter feito parte da comissão que elaborou o texto da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Foi um esforço que teve como finalidade padronizar a terminologia gramatical das gramáticas (Surdi, 2010, p. 66).

Ressaltamos que, por mais que a gramática não tenha hoje a mesma finalidade dos estudos clássicos, é possível notar que, em Rocha Lima (2002, p. 5), ainda há resquícios de *uma tradição lógico-prescritiva*:

Sem embargo de se prestar à floração de mil estilos individuais, a língua não se desfigura: seu sistema permanece uno e íntegro. É a variedade na unidade – a preservação histórica do seu gênio, da sua índole, à qual se hão de adaptar todas as particularizações.

Em Rocha Lima, podemos dividir seu estudo gramatical da seguinte forma: 1. fonética e fonologia (em que se estudam, de forma geral, as características prosódicas da fala, como acento, entoação e outros), 2. morfologia (de forma geral, estuda a estrutura das categorias e suas classificações, categorias gramaticais), 3. sintaxe (relação das categorias) e 4. rudimento de estilística e poética.

Analisaremos agora o que está presente na gramática de Dionísio da Trácia e aparece na de Rocha Lima. Primeiramente, a ideia de treinamento de leitura dos clássicos pode ser comparada ao nosso estudo de *fonética e fonologia*, que nada mais é do que um estudo *prosódico* dentro de uma perspectiva bem genérica. Isto é, questões que envolvem regras de acentuação de palavras do português e entoação são uma forma de praticar *uma arte do bem falar*.

O estudo das *figuras de linguagem (tropos)* não seria propriamente um tópico das gramáticas contemporâneas, já que esse estudo está inserido na seção 4, rudimento de estilística e poética. Mas, como pode ser visto, esse tipo de conteúdo se manteve ao longo dos anos.

Sobre a definição disponível de *dialeto peculiares e alusão*, podemos relacioná-la à seção de *morfologia*, em que se faz um tratamento sobre a morfologia da língua, principalmente o dado às categorias gramaticais. Também a seção 3 estaria dentro dela, já que trabalha *a ideia de relação entre as categorias*; logo, passaria a trabalhar o conceito de sentença, proposição e discurso.

Agora, ao tratar do estudo *etimológico* na gramática de Dionísio, havia uma seção específica para esse tipo de estudo. Hoje tal investigação se dá

isolada dos estudos gramaticais. Já a *analogia* não apresenta um interesse particular das gramáticas, mas podemos entender que a noção do termo *paradigma* nos remete à palavra grega *modelo* ou *exemplo*. E tendo o vocábulo *analogia* o significado de *regular*, compreende-se por que um termo substituiu automaticamente o outro. Isso ocorre porque, quando os analogistas passaram a estudar as regularidades das línguas, descobriram as irregularidades; logo, desse problema nasce a *ideia de paradigma nas gramáticas tradicionais*.

Finalizando, podemos relacionar a seção 4, rudimento de estilística e poética, ao conceito de *juízo de poemas*. Entretanto, como foi dito na seção anterior, aquela representava certa técnica na produção textual, ou seja, era uma visão mais formal. Já esta estaria mais preocupada em dar um parecer conteudista de *leis ou regras* que permeiam toda e qualquer *obra literária*.

CONCLUSÃO

Embora compreendamos que os sofisticados estudos de linguagem tenham se iniciado em época por meio dos hindus, segundo Orlandi (1986, p. 8), tem-se, porém, que entender o caráter bastante religioso, místico dessas obras naquela época: a palavra tinha uma relação íntima com Deus (Petter, 2002; Lyons, 1979; Câmara Jr., 1986; Leroy, 1974). Podemos dizer com isso que um estudo de caráter mais normativo derivaria dos estudos gregos.

Dito isso, vamos agora falar o que foi tratado neste estudo. Primeiramente, discutimos as características peculiares da *lógica* e qual é a finalidade dos estudos lógicos. Trabalhamos aqui a ideia de *categorias* em Aristóteles, explicamos as suas dez categorias, que consequência e influência esse trabalho trouxe para os futuros trabalhos dos gramáticos clássicos (Chauí, 2002, p. 223-224).

Focalizamos, logo em seguida, na visão de Chapanski (2003), a gramática clássica de Dionísio da Trácia. O que ela significou para o período clássico, qual era a principal finalidade do estudo dessa gramática. Vimos um pouco dos conteúdos gramaticais que compunham sua gramática e tentamos fazer uma descrição minuciosa de cada um desses itens que faziam parte dela.

Agora, ao falar da gramática clássica de João de Barros (1540), para Cabral e Pantaleone (2012), a obra segue a tradição greco-latina, visto que contém as partes centrais de gramáticas clássicas: fonética, morfologia e sintaxe (e, principalmente, foi a primeira com fins pedagógicos).

Prosseguimos nosso estudo comparando o que foi realizado em termos da gramática na era clássica e o que é realizado nos tempos atuais, em Rocha Lima (2002). Para Surdi (2010), apresenta influência de estudos linguísticos que transitam do histórico-filológico para o estruturalista. Saindo da seleção para a análise, é possível mensurar que as divisões gramaticais dos autores clássicos não diferem em quase nada do nosso *modelo de gramática contemporânea*. Mesmo que as divisões dos antigos fossem bem mais extensas, podemos reconhecer uma relação bem clara do conteúdo dos dois tipos.

Logo, podemos concluir que a gramática de caráter normativo teve seu desenvolvimento na seguinte trajetória: (1) *inicia-se com filósofos gregos como Platão e Aristóteles, mas é em Aristóteles que começamos a ter um estudo mais sistematizado sobre linguagem*, (2) *recebe um formato de estudo gramatical com os clássicos, embora seja evidente a influência dos gregos presente em suas obras*, e (3) *atualmente podemos observar, em algumas gramáticas, a continuação de uma tradição greco-latina*, ainda que seja uma coisa pouco nítida para o olhar de um leitor despercebido.

Normative grammar: presence of Greco-Latin tradition

Abstract

This work aims to discuss a possible logical-prescriptive tradition of what we currently understand as normative grammar. This idea begins with the great Greek philosophers – Plato and Aristotle. For him, it is not possible to do science through language, as it is perceived as an instrument that distorts reality. Aristotle already understand that it is possible to speak of a true logics and the discipline that will account for this is logic. Next, we will talk about the grammar of Dionysius of Thrace, we will discuss his work, which characteristics refer to Aristotelian logic. Next, the founder of Portuguese prescription; João de Barros in 1540. And, finally, we will talk about Rocha Lima's normative grammar, which presents traces of a Greco-Latin tradition.

Keywords

Normative grammars. Logic. Linguistic historiography.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, S. R. *A-morphous morphology*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1992.
- AQUINO, J. K. S. Sobre a predicação em Aristóteles: composicionalidade e correspondência. *Revista Expressão Católica*, v. 4, n. 2, p. 1-13, 2015.
- ARISTÓTELES. *Metafísica*. Tradução: Leonel Valandro. Porto Alegre: Globo, 1969.
- ARISTÓTELES. *Das categorias*. Introdução, tradução e notas: Maria José Figueiredo. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.
- ARISTÓTELES. *Segundos analíticos, livro I*. Tradução, introdução e notas: Lucas Angioni. Campinas: Editora Unicamp, 2004. (Clássicos da filosofia: cadernos de tradução n. 7).
- ARISTÓTELES. *Órganon*. Tradução do grego, textos adicionais e notas: Edson Bini. 2. ed. Bauru: Edipro, 2010.
- ARONOFF, M. *Word formation in generative grammar*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1976.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora Unicamp, 1992.
- CABRAL, A. L.; PANTALEONE, N. A gramática de João de Barros: contexto histórico e conceitos teóricos. 2012. Disponível em: <https://nilviapantaleoni.wordpress.com/2012/09/17/a-gramatica-de-joao-de-barros-contexto-historico-e-conceitos-teoricos-estudo-de-ana-lucia-tinoco-cabral-e-nilvia-pantaleoni/>. Acesso em: 23 dez. 2023.
- CÂMARA JR., J. M. *Problemas de linguística descritiva*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CHAPANSKI, G. *Uma tradução da Tekhné grammatiké, de Dionísio Trácio, para o português*. 2003. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.
- CHAUÍ, M. *Introdução à filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. v. 1.
- LEROY, M. *As grandes orientações da linguística moderna*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- LYONS, J. *Introdução à linguística teórica*. São Paulo: Edusp, 1979.
- MATHEWS, P. *Morphology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- MATHEWS, P. Greek and Latin linguistics. In: LEPSCHY, G. *History of linguistics: II – classical and medieval linguistic*. London: Longman, 1994. p. 1-133.

- OLIVEIRA, A. M. de. *Identidade, movimento e não-contradição em Platão e Aristóteles*. 2013. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://philarchive.org/archive/DEOIME>. Acesso em: 4 nov. 2024.
- ORLANDI, E. P. *O que é linguística*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PETTER, M. Linguagem, língua, linguística. In: FIORIN, J. L. (org.). *Introdução à linguística*: I. Objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002. p. 11-23.
- PLATÃO. *Crátilo*. Madrid: Aguilar, 1972a.
- PLATÃO. *Fédon, Sofista, Político*. Tradução: Jorge Paleika e João Cruz Costa. São Paulo: Abril Cultural, 1972b.
- PLATÃO. *Parmênides*. Tradução do grego, apresentação e notas: Maura Iglésias e Fernando Rodrigues. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.
- ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Prefácio Serafim da Silva Neto. 42. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
- STUDTMANN, P. Aristotle's categories. Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2008. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/fall2008/entries/aristotle-categories>. Acesso em: 27 jun. 2023.
- SURDI, M. I. *Gramática normativa: movimento e funcionamento do “diferente” e do “mesmo”*. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.
- THRAX, D. *The grammar of Dionysios Thrax*. St. Louis, MO: Studley, 1874. Disponível em: <http://archive.org/details/grammarofdionysi00dionuoft> Acesso em: 10 mar. 2022.